



**INVESTIGAR CRIANÇAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
(OU O QUE APRENDEMOS COM ELAS EM NOSSAS PESQUISAS)**

***Investigating children in social movements in Latin America (or what we
learned from them in our research)***

Luciana Maciel Bizzotto

Economista. Doutoranda em Educação e Inclusão Social,
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: bizzotto.lu@gmail.com

Fábio Accardo de Freitas

Sociólogo e Antropólogo. Doutorando no Doutorado Latino-americano em Educação,
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: karla-pessoa@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, v.2, n.13, p. 48-74, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

O artigo tem o objetivo de refletir sobre os desafios ético-metodológicos nas pesquisas com crianças em movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e à terra. Este esforço resulta de duas pesquisas de doutorado no campo dos estudos da infância com os seguintes sujeitos: crianças de uma ocupação urbana em Belo Horizonte (MG); e crianças de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no interior do estado de São Paulo. Iniciamos com uma apresentação dos elementos que aproximam ambas as investigações na entrada em campo, situando-as no âmbito das pesquisas com crianças em contextos não institucionalizados na América Latina. Em seguida, apresentamos os diferentes caminhos metodológicos percorridos, diante da dinâmica dos movimentos sociais investigados e das relações estabelecidas entre pesquisadora/pesquisador e sujeitos da pesquisa. Por fim, apontamos algumas questões para uma trajetória crítica dos estudos da infância contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE:

Estudos da infância. Movimentos sociais. América Latina. Desafios ético-metodológicos.

ABSTRACT:

This paper aims to reflect on the ethical-methodological challenges in research with children in social movements in the struggle for housing and land rights. This effort is the result of two doctoral investigations in the field of childhood studies with the following subjects: children from an urban occupation in Belo Horizonte (MG); and children from a camp of the Movement of Landless Workers (MST) in the countryside of the state of Sao Paulo. We begin presenting some elements that bring both investigations together when entering the field, placing them within the scope of research with children in non-institutionalized contexts in Latin America. Then, we present the different methodological paths followed, given the dynamics of the social movements investigated and the relations established between researchers and subjects. Finally, we point out some issues for a critical perspective on contemporary childhood studies.

KEYWORDS:

Childhood Studies. Social Movements. Latin America. Ethical-methodological challenges.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios ético-metodológicos nas pesquisas com crianças em contextos de lutas sociais pelo direito à moradia e à terra. Este esforço resulta de duas pesquisas de doutorado no campo dos estudos da infância que partem da observação dos seguintes sujeitos: crianças de uma ocupação urbana na periferia do município de Belo Horizonte (MG) e crianças de um acampamento da reforma agrária em um município do interior do estado de São Paulo¹. Nos propomos a responder à questão: o que aprendemos ao fazer pesquisa com crianças que fazem parte de movimentos sociais?

As realidades concretas das infâncias investigadas trouxeram elementos que possibilitaram a construção de diferentes percursos metodológicos e desenhos de pesquisa. Soma-se a isso a trajetória distinta dos pesquisadores, que se evidencia nos desafios enfrentados no trabalho de campo. Contudo, ambos os estudos compartilham de posicionamentos políticos e teóricos que os aproximam, a saber: i) o reconhecimento das crianças como sujeitos protagonistas das comunidades de que fazem parte, e que estão presentes nos momentos, dinâmicas e cotidiano da luta social; ii) a defesa da importância da pesquisa com crianças, na convivência com elas e na escuta direta sobre suas leituras do mundo e da realidade em que vivem; e iii) o compromisso ético e político de investigar infâncias em contextos de exclusão e invisibilidade.

Iniciamos o artigo apresentando o enquadramento de cada pesquisa, os movimentos sociais estudados e como o contexto configurou os trabalhos de campo realizados. Na segunda parte, discutimos os elementos que aproximam as pesquisas nos processos de entrada em campo, tanto em relação às conjunturas nas quais se inserem, como no que concerne aos referenciais teórico-metodológicos no âmbito das pesquisas com crianças na América Latina em situações não institucionalizadas. Na terceira parte, expomos os diferentes caminhos metodológicos que cada pesquisa tomou, a partir das especificidades de cada contexto e das relações estabelecidas em campo entre pesquisadora/pesquisador e sujeitos da pesquisa. Por fim, aponta-

¹ As pesquisas foram realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG).



mos algumas questões em aberto sobre as investigações realizadas com crianças em movimentos sociais, que consideramos pertinentes para uma trajetória crítica dos estudos da infância contemporâneos.

ENTRANDO EM CAMPO (OU OS CONTEXTOS DAS PESQUISAS)

As duas pesquisas de doutorado se aproximam, mas também contêm elementos que as diferenciam e que nos ajudam a refletir sobre o campo de pesquisa com crianças. Ambas as investigações partiram da observação participante como estratégia metodológica; contudo, os espaços e tempos que marcam a realização do trabalho de campo são distintos, dados os diferentes contextos dos movimentos sociais – rural e urbano – e sua dinâmica atual.

No caso da pesquisa nas ocupações urbanas, inicialmente, o foco de análise era a participação das crianças no movimento de resistência, em eventos como assembleias comunitárias, manifestações e marchas. Esse movimento de luta pela moradia apresenta propostas alternativas de produção do espaço e reprodução social, das quais as crianças também participam. Estratégia de resistência de famílias mais vulneráveis – em sua maioria, mulheres com crianças –, as ocupações urbanas se multiplicaram nas décadas de 2000 e 2010 nas grandes cidades, com o suporte de movimentos urbanos organizados. Tal fenômeno ganhou, portanto, visibilidade no contexto urbano, constituindo uma sólida rede de apoio com força política suficiente para garantir a permanência de famílias e influenciar processos eleitorais.

Diante do papel de destaque que as crianças assumem no dia a dia das ocupações, circulando pelo território e se engajando nos processos de mobilização como assembleias e marchas pela cidade, elas se tornaram sujeitos desta investigação. Como aponta Gobbi (2016), a pesquisa sobre a infância em ocupações pode colaborar para alimentar as controvérsias do campo dos estudos da infância, ao incorporar espaços muitas vezes tidos como impróprios para as crianças e suas famílias.

A escolha do local da pesquisa se deu a partir de um processo de aproximação com militantes do movimento social de luta por moradia atuante no território, junto



aos quais a pesquisadora entrou em campo e estabeleceu relações com lideranças comunitárias. Somente após algumas semanas em campo foi possível compreender que a comunidade vivia um momento de estabilidade na negociação com a administração municipal pelo direito de posse, de modo que os processos de mobilização comunitária estavam arrefecidos. Considerado esse cenário, foi necessário reposicionar a pergunta da pesquisa, que passou a ter como objetivo analisar as experiências de crianças em uma ocupação.

A investigação buscou então observar o repertório de brincadeiras, a circulação pelo território, as relações intergeracionais e os entrelaçamentos entre os direitos das crianças e a luta pela moradia. Sua realização baseou-se na observação participante de um grupo de cerca de quinze crianças, de 2 a 14 anos de idade, por um período de seis meses, em geral, aos finais de semana. Embora esse grupo apresentasse disponibilidade em participar da pesquisa, e ainda certa fluidez com relação às rotinas das famílias, foram na verdade as crianças desse grupo que conduziram a investigação a partir de sua circulação brincando pelo território².

Já no caso da investigação com crianças em um acampamento de reforma agrária, foi a observação da participação política das crianças no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha que provocou o interesse em acompanhar essa participação infantil de forma mais cotidiana. A luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma luta em família, e as crianças compartilham com os adultos todo o processo da luta social, se reconhecendo e sendo reconhecidas pelos adultos como sujeitos políticos que fazem parte do movimento social. Na sua história, o MST desenvolveu, ao longo dos anos, uma série de instâncias de participação infantil, como a Ciranda Infantil³ e os Encontros dos Sem Terrinha, entre outros.

O pesquisador é educador infantil no MST há quinze anos, atuando principalmente na Ciranda Infantil, fato que marca o lugar de educador e pesquisador que atravessou a pesquisa de doutorado e condicionou as relações com o movimento

² Compreende-se aqui o território a partir de Souza (2011), como categoria que demarca as relações de poder dispostas em um espaço em disputa. Segundo Lopes (2009), é nessa trama espacial e simbólica que as crianças tecem suas experiências sociais.

³ A Ciranda Infantil é um espaço educativo, porém não escolar, criado para possibilitar a participação das crianças e o desenvolvimento de atividades próprias à infância. Está presente em marchas, encontros, congressos, reuniões e acampamentos e assentamentos rurais.



social, com a comunidade em resistência e, principalmente, com as crianças. Diferentemente do planejado, a sua entrada em campo foi motivada por um convite para realizar uma atividade com as crianças durante uma ação de resistência da comunidade à ordem de despejo das famílias. O pesquisador foi chamado a se envolver na realidade pesquisada, na atuação direta como educador sobre a participação das crianças naquela luta, diante de uma situação que colocou em evidência o contexto político de criminalização dos movimentos sociais do campo.

A inserção em campo foi, portanto, condicionada pelo contexto, o qual marcou também a observação e as atividades realizadas com as crianças durante toda a permanência naquele acampamento. Assim, a pesquisa com crianças Sem Terrinha, que teve como objetivo a observação de sua participação política, se deu a partir do acompanhamento das atividades de resistência ao despejo realizadas com as crianças na Ciranda Infantil do acampamento de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Desse modo, não havia um grupo de crianças definido a ser acompanhado; e a observação participante se dava sobre a participação política das crianças de 3 a 12 anos presentes nas atividades realizadas naquele espaço aos sábados pela manhã.

QUESTÕES ÉTICAS E POLÍTICAS NA PESQUISA COM CRIANÇAS EM MOVIMENTOS SOCIAIS (OU O QUE NOS APROXIMA ENQUANTO PESQUISADORA E PESQUISADOR)

Ambos os temas de pesquisa, que buscam olhar para a condição infantil no interior de projetos coletivos de resistência, têm como foco uma infância que foge ao ideal da concepção moderna. Essa crítica à concepção moderna de infância é feita em uma série de trabalhos recentes no campo dos estudos da infância (CASTRO, 2020; OLIVEIRA, 2021; BALAGOPALAN, 2019; LIEBEL, 2012), alinhados com um movimento de crítica à hegemonia do pensamento europeu. Trata-se de um movimento epistemológico mais amplo no âmbito das ciências sociais, que compreende que muitos conceitos e teorias desenvolvidos no eixo Europa-América do Norte não dão conta da interpretação das realidades experienciadas em outros continentes.



Segundo essa perspectiva, tais realidades resultaram de um profundo e violento processo colonial baseado na codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, processo que definiu como modelo universal o sujeito e o pensamento ocidental europeu, branco e masculino, subalternizando (quando não eliminando) as demais formas de ser e conhecer (QUIJANO, 2008). Esse movimento apresenta variações em suas abordagens, engendrando diferentes linhas de pensamento, como os estudos decoloniais, subalternos, culturais ou pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013).

Nesse sentido, algumas autoras da antropologia da criança (RIFIOTIS et al., 2021) e dos estudos da infância (CASTRO, 2020) têm construído uma crítica em torno de uma noção universal de infância ou de criança global. Segundo Castro (2020), tal concepção é dialógica com a ideia de infância local, na qual está implícita a divisão geopolítica e a produção do conhecimento em torno dessa divisão. É nesse sentido que o conhecimento científico sobre as crianças tem sido mais recentemente examinado do ponto de vista de uma economia política descolonial, que reconhece o desequilíbrio estrutural epistêmico entre Norte e Sul e a posição de subalternidade deste último. Já Rifiotis et al. (2021) apontam como tal movimento corresponde à virada ontológica dos estudos sobre socialização que promovem um rompimento com viés evolucionista e funcionalista e assumem uma perspectiva relacional. Tal movimento teria sido possível a partir da observação de infâncias em sociedades tradicionais e não ocidentais, de modo geral.

Considerando as pesquisas com crianças na América Latina, Voltarelli e Nascimento (2019) ressaltam como as investigações dialogam com o contexto social múltiplo e desigual no qual se desenvolvem. Esse alinhamento está presente desde sua origem, nos anos 1980, quando pesquisadoras e pesquisadores viviam um momento de instabilidade social, política e econômica, passando pelas consequências da promulgação da Carta dos Direitos da Criança, em 1989, e a retomada democrática que marcou os anos 1990. Desse modo, as autoras apontam que boa parte da produção teórica latino-americana sobre a infância se consolidou na análise ou na viabilização de políticas sociais de bem estar social e de proteção das crianças, ainda que muitas vezes recaindo em um viés compensatório e assistencialista, contribuindo para a reprodução das desigualdades.



Segundo as autoras, a produção do campo dos estudos da infância em países da América do Sul aponta que as investigações contemporâneas ressaltam a importância de considerar as diferenças sociais, culturais e geográficas das realidades vividas pelas crianças. Os dados apresentaram um rompimento com uma concepção universalista de infância, limitada à compreensão da criança enquanto menor e aluna, e uma incorporação de outros aspectos na análise a partir das realidades econômicas e políticas de cada país, como as questões culturais, étnicas e migratórias. Evidenciou-se, portanto, a partir de pesquisas empíricas com crianças em contextos diversos no continente, uma extrapolação dos conceitos hegemônicos no campo dos estudos da infância.

Nas últimas décadas, uma série de publicações organizadas por autores latino-americanos se dedicaram aos estudos da infância em diálogo com outros contextos vivenciados pelas crianças no continente (PIRES, 2012; LLOBET, 2013; SCHUCH; RIBEIRO; FONSECA, 2013; GEPEDISC, 2015; MORALES; MAGISTRIS, 2018; MELGAREJO, 2019; COHN, 2013; TASSINARI, 2007; GOUVEA et al., 2019; RUNA, 2019; GONZÁLEZ et al., 2020). Tais trabalhos compreendem múltiplas infâncias inseridas nas mais diversas situações de resistência, a saber: criança inserida no contexto de conflito armado; crianças e adolescentes trabalhadores em movimentos organizados; infância indígena, zapatista, quilombola e camponesa; criança inserida no contexto de movimentos urbanos populares de luta por moradia, criança em situação de rua e criança institucionalizada.

Reconocer los espacios y el lugar de su participación en las sociedades en movimiento donde pertenecen y actúan (en las redes de reciprocidad dentro de un contexto de movilizaciones y demandas sociales) es imprescindible para ubicarlos en la construcción de sus mundos de realidad, a la vez que conocer las formas cómo actúan frente a ellos. Explorar cómo y dónde se forman estos sujetos, nos permite entonces, pensar maneras críticas de acercarnos a ellos, dado que cada contexto demanda su propia contingencia, sucede así también para la acción infantil en los espacios de resistencia y lucha política (MELGAREJO, 2019, p. 14).

Na tentativa de se aproximar dos sujeitos e seus contextos, tais publicações abordam temáticas variadas e que pertencem ao debate do âmbito dos estudos da infância, tais como: os direitos das crianças; o debate sobre a minoridade, o adultocentrismo e as relações intergeracionais; os rebatimentos na infância do contexto



do neocolonialismo e da descolonização; a aproximação do campo com o debate feminista decolonial; o papel das políticas educacionais e das práticas pedagógicas; a relação infância e mídias; as crianças inseridas nos movimentos sociais e de resistência a governos ditatoriais; as concepções de família e parentesco; as experiências de infância indígena; o enfrentamento à violência contra a criança e a dimensão dessa violência; o debate conceitual sobre protagonismo, participação e agência; as metodologias de pesquisa e a formação de redes de pesquisadores internacionais, dentre outros. As duas pesquisas de doutorado analisadas neste artigo pertencem a esse movimento recente de expansão do campo de estudos da infância inserida em contextos não institucionalizados e em diálogo com processos de mobilização social na América Latina.

A investigação com crianças em movimentos sociais nos levou, necessariamente, a um envolvimento, enquanto pesquisadora/pesquisador, com as lutas e os contextos nos quais tais movimentos se conformam. Isso resultou em uma análise em diferentes escalas, que variam desde as relações dentro do movimento nas quais as crianças se inserem à dinâmica de luta coletiva no quadro político mais amplo. Pesquisar a infância nas ocupações urbanas implica compreender como o fenômeno contemporâneo das ocupações se insere na disputa pela produção do espaço nas grandes metrópoles brasileiras. Por sua vez, as formas de participação da criança Sem Terrinha se vinculam com um histórico de mobilização social autônoma e de escala nacional de luta pela terra.

Nesse sentido, assim como Graue e Walsh (1998) apontaram que o contexto informa e condiciona a pesquisa com crianças, aprendemos isso em nossas investigações em movimentos sociais. As condições sociais, políticas e históricas nas quais estão inseridos os processos de mobilização e luta por direitos apresentam as possibilidades para a realização de pesquisas: as circunstâncias para a entrada em campo da/do pesquisadora/pesquisador; o momento da luta (de maior mobilização, de resistência ou de estabilidade e fortalecimento interno dos territórios); os espaços possíveis de observação; assim como a segurança dos sujeitos da pesquisa diante da responsabilidade ética e política de uma pesquisa que envolve a luta de movimentos sociais. Diferentemente de uma pesquisa com crianças dentro de instituições, na qual



o contexto mais geral é levado em conta, mas cujas análises se centram nas relações e acontecimentos internos à instituição, em uma pesquisa que se insere na dinâmica dos movimentos sociais, o contexto se apresenta como elemento estruturante do processo de investigação.

Segundo Albert, antropólogo francês, desde a década de 1970, comunidades e organizações indígenas, ao se organizarem e se reconhecerem como sujeitos políticos, passaram a questionar os propósitos e consequências dos estudos antropológicos em relação aos seus próprios projetos de autodeterminação. Os/as pesquisadores/as se veem confrontados com duas obrigações éticas e políticas: prestar contas de seu trabalho a povos que eram até então “objetos” de seus estudos e “assumir a responsabilidade que o seu conhecimento implica para as estratégias de resistência desses povos diante das políticas discriminatórias e espoliadoras dos estados-nação dominantes” (ALBERT, 2014, p. 132).

Tal situação exigiu o envolvimento dos/as pesquisadores/as com a realidade pesquisada, em que demandas e atividades são requeridas dos/as antropólogos/as como contrapartida para a realização de sua agenda de pesquisa. A pesquisa surge, nesses casos, como resultado de negociações entre representantes da comunidades ou das organizações indígenas e os/as pesquisadores/as. Nesse sentido, “o engajamento social do etnógrafo não pode mais ser visto como uma escolha pessoal política ou ética, opcional e estranha a seu projeto científico. Ele claramente passa a ser um elemento explícito e constitutivo da relação etnográfica” (ALBERT, 2014, p. 133). Nota-se que a experiência do trabalho etnográfico com os povos indígenas traz pistas sobre a complexidade das relações entre pesquisadora/pesquisador com sujeitos inseridos em movimentos sociais.

Os elementos de que tratamos até aqui também aproximam nossas experiências de outras práticas de pesquisa que surgiram no contexto latino-americano na segunda metade do século passado, a partir da vinculação de pesquisadores/as com grupos populares, movimentos sociais e práticas de educação popular. A investigação-ação-participativa (FALS BORDA, 2015), a pesquisa participante (BRANDÃO, 1981), a sistematização de experiências (JARA HOLLIDAY, 1996), a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985) e a investigação alternativa (FREIRE, 1981) são diversos nomes para experiências e propostas metodológicas que surgiram a partir de um contexto



de extrema desigualdade em que as classes populares latino-americanas se mobilizaram na luta por direitos, engendrando práticas sociais e leituras da realidade em que os sujeitos envolvidos conhecem, aprendem e produzem conhecimento juntos.

Tais propostas partem da crítica às formas de produção de conhecimento desvinculadas aos problemas concretos e às lutas sociais, e têm como característica principal a elaboração de metodologias e estratégias de pesquisa de cunho participativo, construindo uma relação de compromisso ético e político entre sujeitos (pesquisadora/pesquisador e comunidade ou movimento social), reconhecendo seu papel ativo na análise crítica sobre a realidade. Nesse sentido, têm em comum a construção coletiva do conhecimento como instrumento de luta na busca por soluções aos problemas e nas transformações sociais necessárias.

Para Streck e Adams (2012), essas propostas metodológicas precisam ser compreendidas como construções históricas de resistência e reação às formas de geração de conhecimento que têm servido à manutenção da matriz cultural e epistêmica eurocêntrica. Segundo os autores, as experiências de pesquisa participativa trazem um olhar situado na América Latina, a partir de uma ótica epistemológica do Sul, referindo-se a modos específicos de como enfocamos os problemas e à maneira pela qual buscamos respostas coletivas. Elas não se limitam a meros instrumentos de pesquisa a serem aplicados, mas indicam que o caminho investigativo e as relações entre os sujeitos compreendem relações dialéticas que orientam a permanente reconstrução da pesquisa a partir de necessidades, problemáticas e realidades concretas de comunidades, grupos populares e movimentos sociais.

Desse modo, seja em uma pesquisa sobre a infância nas ocupações urbanas ou sobre a infância na luta pela terra, falar dos contextos em que os sujeitos da pesquisa se inserem é dizer da experiência de infância que os atravessa, dadas as condições sociais, culturais e históricas vivenciadas pelos grupos que representam. Como revela a pesquisa de Montoya, Caraveo e Patiño (2018) sobre as formas de participação e agência de crianças de comunidades indígenas Zapatistas, é importante compreender o devir histórico de uma comunidade para então conhecer os tipos de relação que engendram a participação. Segundo as autoras, o contexto comunitário inserido em processos políticos influencia na construção das identidades e subjetividades in-



fantis que se deseja captar nas investigações; o que inclui as relações estabelecidas com a família, a comunidade e a escola, que proporcionam a apropriação, pelas crianças, dos valores e dos sentidos da luta.

Para além de uma compreensão complexa de como os sujeitos se inserem nos processos de resistência, coube a nós lidarmos com a dinâmica dos movimentos sociais por trás de tais processos, que engendram tempos e espaços outros, os quais fogem ao alcance do controle que se espera em um processo de pesquisa. Os desejos e os anseios da pesquisa e da/do pesquisadora/pesquisador não necessariamente correspondem ao tempo e às necessidades da organização social, o que muitas vezes requer outros caminhos para que a investigação aconteça. Compreender esse dinamismo e lidar com ele nos demandou uma sensibilidade de escuta, a fim de driblar as frustrações paralisantes e, em especial, garantir a realização de investigações alinhadas com demandas comunitárias reais.

Situações como essas nos mostraram a importância de compreender as dinâmicas dos movimentos sociais na relação com o contexto político mais geral, e como isso se impõe a nós, pesquisadoras/es. Como parte de nossas investigações, fomos chamados a nos posicionar, nos envolver, escutar as demandas comunitárias e fazer pesquisa com as crianças, compartilhando com elas suas leituras do mundo e suas experiências de infância.

Assim, ao compreendermos que os movimentos sociais, e os sujeitos que deles fazem parte, contribuem para uma leitura crítica do mundo e se colocam na disputa pela interpretação da realidade e pela construção de projetos alternativos de sociedade em contraposição ao Estado capitalista, os entendemos também como espaços que estimulam outras formas de produção de conhecimento. As crianças, como membros de tais movimentos, são as principais portadoras da crítica social (MARTINS, 1991) ao apresentarem diferentes formas de experienciar a infância nas realidades vividas nas dinâmicas das lutas sociais. São elas que seguem nos instigando a buscar diferentes estratégias metodológicas que as reconheçam como sujeitos protagonistas das comunidades e movimentos sociais⁴.

⁴ Ressaltamos que o objetivo deste artigo é tratar das experiências da/do pesquisadora/pesquisador em



EM BUSCA DO ASSENTIMENTO DAS CRIANÇAS DA PESQUISA (OU O QUE NOS DIFERENCIA NA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS)

Ao tratar sobre a ética em pesquisas, as investigações contemporâneas ressaltam a importância do momento do assentimento da criança para dar início à sua participação. Fernandes (2016) diz que nesse acordo é preciso que os termos estejam claros a fim de precaver possíveis embaraços ou sentimentos de coerção no futuro, ainda que tal acordo esteja em constante negociação por ambas as partes, nos diferentes momentos da pesquisa. O aspecto fluido do assentimento também é ressaltado por Marchi (2018), que reitera sua obtenção de modo compreensivo e contextualizado, conforme a relação estabelecida com os sujeitos. Daí a importância da sensibilidade e atenção às demandas das crianças e de seu nível de engajamento com a pesquisa.

Cabe ressaltar, também, que o assentimento da criança perpassa as relações com os demais sujeitos presentes na vida cotidiana da criança. Os processos de autorização para a entrada em campo vivenciados em ambas as investigações de doutorado em análise apontam para a importância das relações estabelecidas com os sujeitos adultos da comunidade em que os movimentos sociais atuam, em especial, as mulheres.

Na investigação com crianças realizada em uma ocupação urbana, havia um receio de que a proposta da pesquisa fosse rejeitada pela comunidade diante de um desgaste com a presença de pesquisadores no território. Assim, a aproximação das lideranças comunitárias intermediada por militantes do movimento social foi o primeiro caminho adotado para inserção em campo. Outras pesquisas sobre o fenômeno das ocupações urbanas destacam o protagonismo das mulheres nos espaços de coordenação das atividades comunitárias e de resistência dos movimentos (CRUZ; SILVA, 2019; GOBBI; DOS ANJOS; PITO, 2020). Em conversa com uma das lideranças, ela pontuou a importância de chegar às mães das crianças antes, o que algumas pesquisas anglófonas com crianças denominam *gatekeepers* (SPYROU, 2018). Contudo, o convite às crianças ocorreu primeiro, em um momento em que, após alguns meses

campo, de modo que não se pretende aprofundar nos sujeitos de pesquisa, trabalho já realizado em outros artigos (GOUVEA; CARVALHO; FREITAS; BIZZOTTO, 2019; FREITAS; COLARES; GOUVEA, 2021).



de idas à ocupação com militantes, a pesquisadora se aproximou de um grupo de meninos que soltava papagaio e, a partir dessa brincadeira, estabeleceu uma nova relação com as crianças, pautada em sua investigação e não somente nas ações do movimento social. Posteriormente, as crianças e as lideranças comunitárias apresentaram a pesquisadora às famílias, sendo que essa interlocução se deu, na maioria dos casos, com as mães.

A negociação demarcou a relação da pesquisadora com as crianças ao longo de toda a investigação na ocupação. Embora o primeiro assentimento das crianças para participarem da pesquisa tenha se dado de modo verbal, durante uma conversa informal, durante as entrevistas com as famílias foram assinados Termos de Assentimento (TALE) e Consentimento (TCLE) por crianças e seus responsáveis legais, conforme projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG). Mesmo assim, ao longo da pesquisa, as crianças mostraram formas distintas de manifestar seu desejo em participar ou não das atividades.

Um caso ajuda a elucidar tal argumento. Quando a pesquisadora propôs uma atividade com a produção de desenhos com as crianças, a maioria não demonstrou interesse em participar, em especial as crianças maiores; outras se recusaram em seguir os comandos, optando por desenhar o que era de seu agrado. A reação das crianças pode ser relacionada à associação da atividade proposta às atividades escolares, conforme já destacado por outras pesquisas (PUNCH, 2002). Como a oficina de desenhos aconteceu no mesmo local em que a pesquisadora brincava com as crianças durante a pesquisa de campo, a proposta de uma atividade dirigida pode ter resultado em um desestímulo às crianças, ao deslocar o espaço de liberdade e improviso construído nos encontros anteriores. Entendemos que a escolha das crianças de não participar da atividade é um posicionamento sobre sua participação na pesquisa, que não é retilínea.

O caminho percorrido para o assentimento das crianças Sem Terrinha se deu de maneira diferente. Um primeiro elemento, já referido, sobre a entrada em campo é que ela esteve vinculada com o envolvimento anterior do pesquisador como educador no movimento social. Esse lugar ocupado de educador e pesquisador condicionou as escolhas metodológicas; assegurou uma construção coletiva da pesquisa e uma entrada negociada em campo; e possibilitou os espaços e tempos de observação.



Assim, a construção do desenho da investigação não teve como parâmetro inicial a autorização ou o consentimento formal para a sua realização, passando, antes, pelo contato com as crianças, com as famílias, com a comunidade e com as lideranças. Tal processo mobilizou uma rede de relações de confiança, que se conecta diretamente com a implicação do pesquisador no movimento social e com o reconhecimento da importância da pesquisa para a sua luta.

Dessa maneira, a autorização das famílias e o assentimento das crianças para a realização da pesquisa por meio dos termos foi precedido por essa gama de relações, reconhecimentos e demandas, que podemos ver materializada, por exemplo: na aprovação da pesquisa pela assembleia da coordenação do acampamento com mais de 60 pessoas (que representavam as quase 700 famílias da comunidade); ou pelo convite feito por educadoras, como relatado anteriormente, para a realização de uma atividade com as crianças no evento de resistência à ordem de despejo. Após a primeira atividade realizada no acampamento, foram as crianças que pediram ao pesquisador para continuar com outras atividades na comunidade.

As relações do pesquisador que propiciaram sua entrada, permanência e acompanhamento dos diversos espaços e momentos na pesquisa de campo com o MST foram mediadas principalmente por mulheres que ocupam os lugares de liderança e direção no setor de educação do movimento social. Ainda que haja uma diretriz do movimento social para que os cargos de direção e liderança sejam ocupado por uma dupla de pessoas, com representatividade de ambos os gêneros, muitas vezes essas cargos vinculados ao trabalho educativo e de cuidado são ocupados somente por mulheres. Por outro lado, há cargos de outros setores e atividades que são ocupados somente por homens. Observamos, assim, que há uma reprodução interna no movimento social do lugar social destinado às mulheres no trabalho educativo e de cuidado com as crianças.

Entendemos, assim, que o assentimento das crianças e o consentimento das famílias e lideranças, para além da importância formal para os processos burocráticos do comitê de ética da universidade, mobilizam afetos éticos e políticos. A busca pelo acolhimento dos sujeitos de pesquisa evidencia os lugares e papéis ocupados pela/pelo pesquisadora/pesquisador; e dizem, ao mesmo tempo, da responsabilidade



ética do cuidado, da proteção e segurança das crianças pesquisadas, assim como da importância política da garantia da autonomia e da participação delas na pesquisa e na dinâmica da vida social.

Alderson e Morrow (2011) apontam para a ética em pesquisa como o caminho para se compreender tais desafios da pesquisa de campo mais claramente e com maior profundidade – e não necessariamente a fim de chegar a uma solução clara e consensual. De modo geral, as investigações com crianças indicam a importância de reconhecer os conflitos colocados em campo, partindo do respeito entre pesquisadora/pesquisador e sujeitos da pesquisa para lidar com tais conflitos.

A diferença nas abordagens das pesquisas aqui analisadas derivaram de vínculos distintos estabelecidos entre crianças e pesquisadora/pesquisador, resultando na experiência de diferentes desafios éticos. Na investigação com um grupo de crianças de ocupação urbana, por exemplo, dentre os principais desafios encontrava-se o constante tensionamento entre a posição de adulta e pesquisadora em campo, dado que as escolhas em campo implicam diferentes níveis de acesso ao universo das crianças no território. No episódio abaixo, é possível observar como o desejo e a curiosidade em compreender as relações das crianças entre si e com o espaço, por meio das brincadeiras e dos desafios que elas se propunham, muitas vezes deslocavam a pesquisadora do exercício de cuidado e proteção.

Eles [os meninos da pesquisa] então viraram a rua à esquerda. Decidiram pedir água pela janela de uma das casas e foram atendidos por uma mulher. Para pegar a água, Milton jogou seu caminhão no canto e disse pra ninguém pegar. Deu dois tempos, Milton e Carlos subiram a laje de uma das casas. Gonçalves foi para o meio da areia, perto da árvore. Tirei algumas fotos deles lá de cima, enquanto faziam poses. Então, Josias começou a dizer pra Carlos pular do outro lado, onde ficava uma área do depósito de construção, com areia, um caminhão e uma árvore. Eu disse para Carlos não pular, que era perigoso, pois ele poderia errar o ângulo e machucar feio, cair em uma das ferragens que tinham ali. Josias insistia que ele já tinha feito isso antes. Vi que Carlos estava dando impulso e calculando. Então ele pulou e três adultos que saíam da casa ao lado começaram a xingá-lo, dizendo que não poderia fazer aquilo. Fiquei envergonhada por não ter sido mais severa com Carlos, uma vez que era a adulta presente naquele momento. Carlos também ficou envergonhado com o puxão de orelha dos vizinhos, com um sorriso sem graça, e culpando Josias pela ideia. Eu disse a Carlos para não repetir aquilo e a Josias para deixar de ficar mandando os outros fazerem aquilo que ele mesmo não tinha coragem de fazer. Era a segunda vez que ele fazia isso, outro dia foi com Antônio. (Diário de Campo, setembro de 2019).



Ainda, ressalta-se o desafio da presença no território da ocupação diante dos atravessamentos de raça, classe e gênero que distanciam a realidade vivenciada pela pesquisadora e pelos sujeitos de pesquisa. A convivência com a comunidade e o estreitamento dos laços com as crianças e suas famílias, que passaram a ver com naturalidade a presença da pesquisadora no território, trouxeram maior confiança para realizar a pesquisa. Contudo, tais marcadores sociais atravessaram as relações com os sujeitos da pesquisa a todo momento, sendo inclusive utilizados, especialmente pelas crianças, como forma de testar a presença da pesquisadora junto delas.

No caso das crianças Sem Terrinha, um momento a se destacar como exemplo do vínculo estabelecido entre pesquisador e crianças foram as entrevistas realizadas com algumas delas, que haviam participado do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Havia uma insegurança do pesquisador quanto ao receio de incomodá-las, de que não quisessem participar da entrevista ou de que o lugar de adulto-pesquisador criasse alguma barreira ao diálogo. Contudo, tendo também participado do mesmo encontro, o pesquisador adotou a estratégia de apresentar-se às crianças mostrando a elas a camiseta que havia ganho no evento. Todas as crianças reagiram da mesma maneira: “Eu também tenho uma dessas!”. A camiseta revelava, portanto, um segredo compartilhado, em que pesquisador e crianças se identificavam como sujeitos que estiveram juntos no encontro, fato que criou um ambiente acolhedor para o diálogo das entrevistas. Essas relações de reconhecimento, afeto e confiança política com as crianças, e também com famílias e lideranças, foram sendo estabelecidas pelo lugar ocupado em campo como educador-pesquisador.

CAMINHOS DE PESQUISA (OU O QUE NOS DIFERENCIA NAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS ADOTADAS EM CAMPO)

Os diferentes contextos vivenciados pelos sujeitos investigados culminaram na adoção de abordagens metodológicas distintas nas pesquisas de doutorado em análise. A escolha das estratégias responde a uma realidade que é dinâmica e que precisa ser captada em um processo que, para além de investigativo, é também formativo e educativo, na medida em que se propõe a apreender a leitura da realidade



feita pelas crianças.

A pesquisa de doutorado com crianças de uma ocupação urbana consistiu em duas etapas. A primeira foi realizada a partir da estratégia da observação participante de crianças durante seis meses. Essa etapa contou com a realização de oficinas de fotografia e de desenhos, e de um passeio a dois museus. A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas com crianças, mães, pais, coordenadoras e integrantes da rede de proteção à infância que atendem a crianças e famílias nos equipamentos do entorno da ocupação escolhida.

Dentre as ferramentas metodológicas, cabe destacar as oficinas de fotografia. O objetivo de realizar uma oficina de fotografia com as crianças da ocupação era, de certo modo, materializar o olhar infantil, revelando modos de existência e interações entre os sujeitos e o espaço. Assim, buscavam-se imagens representativas de suas percepções socioespaciais afetivas e das experiências coletivas. A atividade mostrou a potência de autonomia na circulação do espaço das crianças no momento de fotografar e as imagens revelaram elementos sobre sua relação com o espaço e os demais sujeitos que circulam pela ocupação e que não puderam ser observadas pela pesquisadora ao longo da observação participante. Para além das imagens obtidas ao final da atividade, o fazer se mostrou importante estratégia de conexão com as crianças e de observação de suas conexões com aquele território.

Já a pesquisa com as crianças Sem Terrinha teve como elementos de observação eventos e espaços infantis no interior da dinâmica do movimento social. O papel de educador-pesquisador possibilitou acompanhar um processo sistemático de participação política das crianças. A participação e a observação do Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha levaram à análise da participação delas em outros momentos e espaços, tais como o cotidiano de resistência em um acampamento de reforma agrária, uma oficina estadual de preparação das crianças para coordenarem os encontros regionais e um encontro regional. Além disso, foram realizadas entrevistas com onze crianças de 7 a 12 anos que participaram do Encontro Nacional, a fim de compreender as percepções e os significados sobre suas participações no movimento social.

Destacamos aqui duas estratégias metodológicas surgidas na interrelação entre pesquisador, comunidade, crianças e contexto. A primeira foi a utilização das ofi-



cinas de xilogravura no contexto de resistências das famílias à ordem de despejo. As oficinas foram pensadas com o propósito de as crianças poderem expressar artisticamente os sentimentos e as experiências que estavam vivenciando naquele processo. A vivência de uma infância atravessada por uma socialização política estava expressa nas gravuras, que ficaram em amostra no acampamento.

A segunda estratégia foi a participação das crianças na atividade de pintura externa do muro da escola popular do acampamento. No processo de resistências, as famílias resolveram reformar uma antiga escola que havia na área ocupada, como estratégia de ocupação do território⁵. A pintura foi precedida de uma conversa coletiva com as crianças sobre seus sonhos para a área ocupada, os quais viraram esboços/desenhos que seriam pintados no muro. Ao criar um espaço de livre expressão, surgiram sentimentos compartilhados entre crianças e adultos de esperança e resistência na luta pela terra e pela comunidade.

Esses dois momentos aqui relatados não foram decisões ou escolhas apriorísticas do pesquisador, mas surgiram pela demanda do próprio movimento social que vivenciava um momento de conflito. Assim, tornaram-se estratégias metodológicas que puderam evidenciar a presença das crianças no cotidiano de um acampamento e a maneira como a infância faz parte da dinâmica do movimento social, participando ativamente nos processos de resistência da comunidade, uma vez que as questões políticas também as interessam e atravessam suas experiências infantis (TORRES VELÁZQUEZ, 2015).

Não faz parte do escopo deste trabalho apresentar e analisar a produção dos sujeitos em campo em ambas as pesquisas, mas, sim, discutir como as experiências aqui relatadas apontam para caminhos metodológicos distintos na pesquisa com crianças em movimentos sociais, os quais se relacionam a fatores como o grau de envolvimento da/do pesquisadora/pesquisador com o movimento social; a dinâmica de resistência do movimento social no período da investigação; e o escopo da pesquisa, que diz também da disponibilidade da/do pesquisadora/pesquisador para estar no território. Enquanto a experiência da pesquisadora nas ocupações revelou a necessi-

⁵ A estratégia foi pensada na ótica de que o cumprimento de medida de despejo implicaria na destruição da escola, impossibilitando o cumprimento do direito à educação, garantida pela Constituição por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



dade de ser propositiva para a realização de atividades com as crianças, diante de um contexto em que a comunidade vivia certa estabilidade no processo de resistência, na pesquisa com as crianças Sem Terrinha, o pesquisador-educador, já inserido na organização, teve a oportunidade de se engajar com práticas já demandadas pelo próprio movimento para o fortalecimento do assentamento ameaçado de despejo. Cada pesquisa contribui, assim, com perspectivas distintas sobre as experiências das crianças em contextos de luta, colocadas pelas diferentes posições que a pesquisadora e o pesquisador assumem em campo e pelos momentos distintos vivenciados pelos sujeitos de pesquisa na luta pela terra.

APONTAMENTOS PARA O CAMPO DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Este artigo buscou apresentar aspectos da cozinha de dois processos de investigação corridos em paralelo a fim de elaborar sobre a experiência de fazer pesquisa com crianças em movimentos sociais. A motivação para essa construção se deu a partir da compreensão de se tratar de tema ainda pouco abordado nas produções acadêmicas do campo dos estudos da infância no Brasil, seja por profissionais das áreas da Educação e da Psicologia, cujas investigações tendem a se realizar no âmbito de instituições, seja os da Antropologia, que têm se dedicado mais às infâncias indígenas.

Indicamos alguns dos desafios éticos e políticos experimentados diante dos percursos de pesquisa que dizem respeito, especialmente, à dinâmica de resistência dos movimentos sociais, que enfrentam momentos variados de mobilização comunitária – diante de contextos de maior estabilidade ou maior ameaça no território. Tais variações apontam para diferentes espaços e tempos de realização da pesquisa, de modo que exigem sensibilidade e paciência por parte da/do pesquisadora/pesquisador a fim de compreender as exigências e os limites do campo em cada conjuntura.

Ainda, percebemos que a forma de inserção em campo, por uma participação prévia ou não na organização do movimento social, resulta em conflitos e formas de engajamento distintas, experimentadas junto aos sujeitos de pesquisa. A inves-



tigação nessas situações demanda, portanto, um envolvimento com a comunidade e sua luta, em uma pesquisa comprometida com as contradições e as necessidades dos movimentos sociais. Nesse sentido, os processos de assentimento de crianças e consentimento das famílias e de demais adultos da comunidade se apresentam como um passo importante no compromisso ético da investigação – o qual não se limita à assinatura de termos burocráticos, mas se estende ao longo de toda a permanência em campo, exigindo uma escuta atenta dos sujeitos.

Uma vez em campo, as investigações apontaram para caminhos metodológicos distintos, dados pelas diferentes condições de inserção no território. Entendemos como positiva a multiplicidade de perspectivas sobre as experiências das crianças, segundo cada uma das posições assumidas em campo. Desde que pautadas na ética, tal multiplicidade contribui para não homogeneizar as experiências dos sujeitos⁶.

Em diálogo com outros esforços recentemente empreendidos por pesquisas no Brasil e na América Latina, as investigações que aqui abordamos apresentam um compromisso pela visibilização das múltiplas infâncias na América Latina por meio da realização de uma pesquisa situada. Esse esforço não deve ser compreendido como uma forma de essencializar os sujeitos, como se as crianças das ocupações urbanas e as crianças Sem Terrinha compartilhassem uma realidade única determinada pelo espaço que ocupam e a condição social de resistência que partilham. Pelo contrário, essa perspectiva consiste em desvelar alguns dos elementos que marcam as experiências plurais que elas experimentam. Tais vivências são, muitas vezes, invisibilizadas por um discurso hegemônico sobre o que é a infância, especialmente em um território onde a vulnerabilidade social é observada como a principal marca dos sujeitos.

Por fim, gostaríamos de ressaltar alguns elementos não abordados neste artigo e que merecem atenção em futuras investigações no âmbito das pesquisas com crianças em movimentos sociais. Um primeiro ponto é a necessidade de um mapeamento mais aprofundado das estratégias de pesquisa, metodologias e instrumentos utilizados em pesquisas com crianças em movimentos sociais na América Latina. Apontamos aqui um conjunto de trabalhos sobre infâncias e experiências de crianças

⁶ Por se tratar de pesquisas realizadas no âmbito de uma Faculdade de Educação, as estratégias se aproximaram no sentido de proporem processos formativos que envolviam as crianças e a comunidade, para além de servir somente à produção de dados de pesquisa.



em mobilizações, ações coletivas e movimentos sociais, aos quais nos somamos em um esforço de reflexão. Contudo, como vimos, as especificidades que condicionam as pesquisas com crianças em movimentos sociais têm apontado para a importância de pensarmos em estratégias metodológicas de cunho participativo e que estejam vinculadas aos problemas concretos e lutas por direitos de comunidades e sujeitos. Os trabalhos indicam, ainda, o desafio de construirmos estratégias de investigação nas quais as crianças sejam coparticipantes, da elaboração das perguntas de pesquisa ao processo de análise dos dados. O levantamento das metodologias utilizadas em pesquisas com crianças em movimentos sociais pode contribuir para caminhar nesse sentido.

Um segundo elemento que merece destaque é a importância de se levar em conta as relações intergeracionais nas análises das experiências de infâncias em movimentos sociais. O modelo de família das camadas populares latino-americanas é marcado por sua dimensão coletiva, em que os diferentes sujeitos contribuem para a sua manutenção, com grande participação das crianças. Ambas as realidades aqui apresentadas têm como ator social famílias em luta por melhores condições de vida. As crianças, junto com suas famílias, ocupam a terra e participam das diversas dimensões da luta social. Nesse sentido, importa considerarmos perspectivas de análise que não isolem as crianças do mundo social que compartilham com os adultos, uma vez que a dimensão política também as atravessa. Levar em conta as relações coletivas e intergeracionais estruturantes dessas experiências de infância pode trazer outras reflexões sobre os conceitos hegemônicos de agência e participação que se baseiam em uma experiência individual e institucional da infância.

Por último, ainda no esforço de não homogeneizar as infâncias nos contextos de investigação, é preciso ressaltar os atravessamentos sociais de classe, gênero e raça que marcam a multiplicidade e, muitas vezes, a desigualdade nas experiências das crianças em movimentos sociais. As pesquisas já apontam que as crianças, de maneira geral, apresentam desde muito cedo uma percepção das diferenças raciais (ROCHA; ROSEMBERG, 2007; OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010). Por sua vez, a centralidade das figuras femininas em ambos os processos investigativos aqui abordados, em especial na aproximação dos sujeitos de pesquisa, aponta para a importância de



nos debruçarmos sobre a produção de pesquisas mais sensíveis às temáticas de gênero. Para além de compreender como os marcadores sociais permeiam as diferentes experiências entre os sujeitos investigados, entendemos que faz parte de uma perspectiva crítica no âmbito das pesquisas com crianças ressaltar como esses marcadores atravessam também as relações que nós pesquisadoras/pesquisadores estabelecemos com elas e sua comunidade.



REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. 'Situação etnográfica' e movimentos étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 129-143, 2014.
- ALDERSON, Priscilla; MORROW, Virginia. **The ethics of research with children and young people: a practical handbook**. London: Sage, 2011.
- BALAGOPALAN, Sarada. Why historicize rights-subjectivities? Children's rights, compulsory schooling, and the deregulation of child labor in India. **Childhood**, Copenhagen, v. 26, n. 3, p. 304-320, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, mai./ago. 2013, p. 89-117.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Why global? Children and childhood from a decolonial perspective. **Childhood**, Copenhagen, v. 27, n. 1, p. 48-62, 2020.
- COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15478>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.
- CRUZ, Mariana de Moura; SILVA, Natália Alves da. Intersections in Subaltern Urbanism: The narratives of women in urban occupations in Brazil. **Environment and Planning C: Politics and Space**, dec. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2399654419887969>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México, D.F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/fborda/>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, 2016.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 34-41.
- FREITAS, Fábio Accardo de; COLARES, Elisa Sardão; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infâncias e agência política em ações coletivas e movimentos sociais latino-americanos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35057>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- GEPEDISC. **Infância e movimentos sociais**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.
- GOBBI, Márcia Aparecida. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2016.
- GOBBI, Márcia Aparecida; DOS ANJOS, Cleriston Izidro; PITO, Juliana Diamante. Se-

diciosas formas de viver: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 184-208, jul./set. 2020.

GONZÁLEZ, Martín Plascencia; FERNANDES, Maria Lidia Bueno; SUÁREZ, Mathusalem Pantevis; CORVALÁN, Facundo. (Coordenadores). **Infâncias: contextos de ação, interação e participação**. Universidad Autónoma de Chiapas, Editora Universidade de Brasília, Editorial Universidad Surcolombiana. 2020.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; CARVALHO, Levindo Diniz; FREITAS, Fábio Accardo de; BIZZOTTO, Luciana Maciel. O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil. **Sociedad e Infancias**, n. 3, p. 21-41, 2019.

GRAUE, Elizabeth; WALSH, Daniel. **Studying children in context: Theories, methods, and ethics**. London: Sage Publications, 1998.

JARA HOLLIDAY, Oscar. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1996.

LIEBEL, Manfred. **Children's Rights from Below**. Cross-Cultural Perspectives. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

LLOBET, Valeria. (compiladora). **Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20140416023412/PensarLaInfancia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LOPES, Jader Janer Moreira. As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas geografias? **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, 2009.

MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623668737>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARTINS, José de Souza (Org.). **O massacre dos inocentes**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELGAREJO, Patricia Medina. **Geografías de las infancias y movimientos sociales: dialogar con niños para descolonizar el presente**. México: UPN, 2019.

MONTOYA, Angélica Rico; CARAVEO, Yolanda Corona; PATIÑO, Katia Nuñez. La participación política de la niñez zapatista en Chiapas. Enseñanza y aprendizaje de la organización y la resistencia indígena. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 2, p. 79-101, 2018.

MORALES, Santiago; MAGISTRIS, Gabriela (comp.). **Niñez en movimiento, del adultocentrismo a la emancipación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ed. Ternura Revelde, Chirimbote, Editora el Colectivo, 2018.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Colonialidade do poder adultocêntrico e/nos direitos de crianças e jovens. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 8, n. 20, p. 950-979, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/52396>. Acesso em: 10 jan. 2022.



OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e 'paparicação'. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010.

PIRES, Flávia Ferreira. Crescendo em catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 539-561, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000300005>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PUNCH, Samantha. Research with children: The same or different from research with adults? **Childhood**, Copenhagen, v. 9, n. 3, p. 321-341, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0907568202009003045>. Acesso em: 10 jan. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: ROSENMAN, M. **Pensar América Latina**. El Desarrollo de la sociología latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt.; COHN, Clarice; SCHUCH, Patrice. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, ano 27, n. 60, p. 7-30, mai./ago. 2021.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 759-799, 2007.

RUNA. Archivo Para Las Ciencias Del Hombre. **Dossier: Entre experiencias y tramas institucionales**, Niños, niñas, adolescentes y familias, v. 40, n. 2, 2019.

SCHUCH, Patrice; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; FONSECA, Claudia. Apresentação. Infâncias e crianças: saberes, tecnologias e práticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 205-220, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SPYROU, Spyros. **Disclosing Childhoods: Research and Knowledge Production for a Critical Childhood Studies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan UK, 2018.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-257, 2012.

TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/138>. Acesso em: 10 jan. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

TORRES VELÁZQUEZ, Eliud. La fiesta y la protesta en Latinoamérica: la irrupción de los niños y niñas indígenas como actores políticos. In: XIV CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 2015, México. **Anais eletrônicos...** Cidade do México, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/19582940/La_fiesta_y_la_protes



ta en Latinoamérica la irrupción de los niños y niñas indígenas como actores políticos. Acesso em: 27 jun. 2021.

VOLTARELLI, Monique Aparecida; NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso. A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile. **Sociedad e Infancias**, Madrid, v. 3, p. 211-235, 2019.

Recebido em: 30/06/2021

Aceito para publicação em: 13/12/2021

